

É eticamente correto não pôr limites ao desenvolvimento da tecnociência?

Atualmente, a nossa espécie tem vindo a ser redefinida por desenvolvimentos tecnocientíficos, que possibilitam a concretização dos nossos objetivos. Porém, a não conformidade humana relativamente a grande parte dos seus desejos torna-os subjetivos e, conseqüentemente, passíveis de ser prejudiciais para alguém. Deste modo, será eticamente correto não pôr limites ao desenvolvimento da tecnociência?

A tecnologia, cuja origem remete para o início da existência humana, define-se como a materialização dos conhecimentos científicos em instrumentos, métodos e técnicas que permitam atingir determinados fins. Por outro lado, a ciência baseia-se na formulação de teorias explicativas justificadas sobre a verdade do mundo. É evidente a relação que estes dois conceitos estabelecem entre si, pois, sem conhecimento acerca do que nos rodeia, jamais conseguiríamos produzir ferramentas que se ajustassem à realidade, e sem estas torna-se mais difícil gerar novos conhecimentos científicos. Como resultado, revela-se impossível separar estas duas áreas na prática, uma vez que os seus desenvolvimentos dependem um do outro. À área resultante desta cooperação dá-se o nome de tecnociência.

Neste ensaio, defende-se a minha posição de que não será eticamente correto não pôr limites ao desenvolvimento da tecnociência.

De facto, a evolução da tecnociência tem oferecido diversas vantagens à nossa vida, porém nunca devem ser esquecidos os seus aspetos negativos. Nos dias de hoje, a recorrência à tecnociência com finalidades lesivas é clara. Os governos e empresas investem, por vezes, na investigação e produção de máquinas e ferramentas perigosas não só para a humanidade como também para os restantes seres vivos e para o ambiente, tais como a descoberta de fontes energéticas poluentes. No entanto, as sociedades atuais geralmente demonstram ser intolerantes a certas atitudes tomadas por entidades individuais, que tenham o mesmo tipo de efeitos que essa tecnologia, por desrespeitarem certas regras morais que consideramos incontestáveis. A atitude comum perante estes abusos é a de proibi-los e contê-los. Ora, se julgamos ações devido ao seu carácter imoral, também teremos de ser críticos relativamente aos progressos tecnocientíficos que apresentem semelhantes conseqüências, de outro modo estaremos a ceder à hipocrisia e incoerência. Logo, a nossa postura a respeito da tecnociência deve ser similar à que temos quanto às violações individuais das leis morais estabelecidas, vetando a criação de determinados equipamentos e métodos.

Por outro lado, não devemos esquecer que o desrespeito pelas leis estabelecidas é, em grande parte, facilitado pela invenção de recursos tecnológicos, como ocorre, por exemplo, durante as guerras. Se nunca se tivessem aprofundado conhecimentos na área do armamento nuclear, nunca teriam acontecido as catástrofes em Hiroshima e Nagasaki, que causaram a morte de centenas de milhares de pessoas, dentro de outros

danos ambientais/naturais. Como condenamos acontecimentos deste género, não podemos aceitar os processos que semeiam as probabilidades destes acontecerem. Ou seja, não será racional defender a invenção de determinados engenhos criados para auxiliar a prática de imoralidades, se defendemos o cumprimento moral. Mais uma vez, existirá uma falha lógica se permitirmos a prosperidade de áreas cujos produtos são nocivos e, ao mesmo tempo, repreendermos os comportamentos decorrentes da utilização desses mesmos produtos. Assim, na minha opinião, é necessário que se estabeleçam limites ao que pode ser criado.

Uma das objeções a estes dois argumentos centra-se na ideia de que a invenção não implica a utilização, isto é, a tecnologia produzida não terá necessariamente de provocar consequências negativas, já que esta pode não chegar a ser aplicada na prática. Deste modo, estes opositores acabam por defender que se deve privilegiar a formulação de leis que proíbam a utilização prática de artifícios tecnológicos, em vez da limitação da investigação em si. Outra objeção a esta posição em geral baseia-se no facto de a ciência e a tecnologia, muitas das vezes, avançarem e atingirem patamares repletos de benefícios para a humanidade devido à investigação aleatória e sem limites. Quando os cientistas e engenheiros exercem as suas atividades com ou sem planeamento prévio, estão sujeitos a deparar-se com situações que facultam conhecimentos novos e revolucionários em diferentes áreas, podendo estes trazer regalias e vantagens inimagináveis. Tal terá acontecido diversas vezes na história da nossa evolução tecnocientífica, tendo como exemplo a descoberta das potencialidades da penicilina, para o tratamento de infeções. Então, os opositores ao estabelecimento de limites ao desenvolvimento da tecnociência admitem que, se privarmos a investigação em determinadas áreas, estaremos a impossibilitar em parte a nossa própria obtenção de conhecimento.

Pessoalmente, a proposta da primeira objeção parece-me ideal num contexto teórico, mas improvável na prática. Isto porque dificilmente se garante que todas as nações, instituições, grupos e, até mesmo, indivíduos cumpram a promessa de não recorrer a tais ferramentas hostis. Relativamente à segunda objeção, apesar de reconhecer verdade na afirmação de que a delimitação da evolução tecnológica restringe parcialmente a aquisição de determinados saberes, não considero esta acusação suficientemente forte para justificar a liberdade total da investigação científica. Penso que inevitavelmente atingiremos tais conhecimentos teóricos e práticos, ainda que limitemos a abrangência dos domínios explorados em prol da defesa dos valores morais e direitos humanos e animais. Este processo talvez demore mais, porém, do meu ponto de vista, é o que demonstra ser mais justo e benéfico para todos.

Em conclusão, penso que não será eticamente correto não pôr limites ao desenvolvimento da tecnociência. Devido à incerteza acerca do potencial vantajoso e desvantajoso dos avanços tecnocientíficos, devemos regular a atividade investigatória

científica, delineando limites bem definidos. Desta forma, assegurar-se-á o processo evolutivo da espécie, sem comprometer o cumprimento dos valores morais.

Problemas da cultura científico-tecnológica | Filosofia 11º ano

Henrique Alexandre

11º A1 | 2021/2022 | Escola Secundária Romeu Correia

Bibliografia

Almeida, A. & Murcho, D. (2015). *50 Lições de Filosofia*. Lisboa. Didáctica Editora.